

LISBONA



Centro de História da Universidade de Lisboa



CLIO

NOVA SÉRIE • VOLUME 18 / 19 (n.º duplo) • 2008/09

CLIO

Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa

Capa: Desembarque do Arquiduque Carlos (Carlos III de Espanha) em Lisboa, a 7 de Março de 1704. Gravura de I. Ottens, Amsterdão. Colecção Particular e Museu da Cidade de Lisboa.

Contracapa: Mapa da Península Ibérica. Pormenor da mesma gravura.

Editor: Centro de História da Universidade de Lisboa

Execução gráfica: Classica - Artes Gráficas SA

Depósito legal: 296511/09

ISSN: 0870-4104

Tiragem: 500 exemplares

A correspondência sobre colaboração, permuta e oferta de publicações deve ser dirigida a:

CLIO. Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Alameda da Universidade

1600-214 LISBOA

PORTUGAL

Tel.: + 351 217 920 000 – Fax: + 351 217 960 063

URL: http://www.fl.ul.pt/unidades/centros/c_historia/index.html

E-mail: centro.historia@fl.ul.pt

Edição subsidiada por:



UNIVERSIDADE
DE LISBOA



Ministério das Ciências Exactas

Distribuição: DINALIVRO – Distribuidora Nacional de Livros, Lda.

R. João Ortigão Ramos, 17 A

1500-363 LISBOA

Tel.: +351 217 122 210 – Fax: +351 217 153 774

URL: <http://www.dinalivro.pt/>

E-mail: comercial@dinalivro.pt

CLIO

Nova série – 18/19
Número duplo
Anos de 2008 e 2009

Número coordenado por:
ANA LEAL DE FARIA

Director: JOÃO MEDINA

Sub-Director: SÉRGIO CAMPOS MATOS

Conselho de Redacção: Fernando Grilo, José Augusto Ramos,
José Varandas, Luís Ramalhosa Guerreiro e Vítor Serrão

Editor: José Brissos



FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR Portugal

↓
Ciência, Inovação
2010 Programa Operacional Ciência e Inovação 2010
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

RECENSÕES



Manuscrito que serviu de capa a *Sanctiones Apostolicas Extravagantes*,
Lisboa, António Gonçalves, 1570

Leituras



IGREJA CATÓLICA. Papa, 1566-1572 (Pio V)

Sanctiones Apostolicæ Extravagantes, et Regulæ Cancellariæ Sanctissimi Domini nostri Domini Pij diuina prouidentia Papæ Quinti, & quædam aliæ Sanctiones aliorum summorum Pontificum admodum utiles.

– Olisipone: apud Antonium Gundisaluum, 1570. RES 261 (ULFL).

http://bibliotecadigital.fl.ul.pt/ULFL037745/ULFL037745_item1/

Colecção de incunábulos e impressos raros dos séculos XV – XVI na Biblioteca Digital da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Comentário ao manuscrito que serviu de capa a *Sanctiones Apostolicæ Extravagantes...*, Lisboa, António Gonçalves, 1570 – Res 261

No âmbito de uma importante acção iniciada em Novembro de 2005 pelo Arquivo Histórico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, com o apoio do POC – Programa Operacional da Cultura, concluiu-se no início de 2008 todo um programa – nomeado *Património bibliográfico da Faculdade de Letras de Lisboa: um projecto de conservação, digitalização e difusão* – que consistiu no tratamento bibliográfico, digitalização, restauro e difusão de duas colecções à guarda da Biblioteca da FLUL, uma de *incunábulos e impressos raros dos séculos XV-XVI*, outra de *obras de teatro Osório Mateus* (670 peças de teatro dos séculos XVII-XIX, com alguns exemplares únicos, e 4 títulos de periódicos).

Os resultados deste importante trabalho de digitalização e publicação em linha, incluindo informações de ordem técnica, foram amplamente divulgados no Colóquio *Património bibliográfico e novas tecnologias*, organizado em parceria com a Biblioteca Nacional de Portugal, e realizado no auditório desta a 12 de Fevereiro de 2008. A sua apresentação continua, todavia, no próprio site da Faculdade de Letras da UL¹ e através de catálogos digitais e de outras iniciativas. Estiveram ainda patentes mostras bibliográficas das duas colecções entre 12 de Fevereiro e 14 de Março, na Galeria de exposições da Biblioteca da FLUL.

Pode, assim, doravante, ser consultada e pesquisada on-line, através da Biblioteca Digital da FLUL, uma colecção notável de 175 edições dos séculos XV e XVI, seleccionadas do Fundo antigo pela sua raridade ou singularidade e beleza, de diversificado cariz e de ampla temática: manuais e tratados, dicionários e corografias, romances e poesias, crónicas e comentários, legislação civil e canónica, traduções revistas de autores antigos..., versando a espiritualidade, os debates institucionais e doutrinários, o conhecimento sobre o homem, a natureza e o cosmos, técnicas administrativas e normas sociais, níveis culturais, o uso da língua, a actividade lúdica... Constitui mais um excelente espólio documental que é disponibilizado de forma funcional e alargada a um público que pretenda estudar o Homem e as sociedades da época do Renascimento, da Expansão europeia e das Reformas.

No âmbito da primeira mostra do Livro Antigo e da exposição de algumas das obras mais emblemáticas da colecção de incunábulos e impressos raros dos séculos XV-XVI da FLUL, publicaram-se textos de comentário às edições seleccionadas (cerca de uma dezena). Coube-me comentar *O documento manuscrito em pergaminho que serviu de capa a "Sanctiones Apostolicae Extravagantes..."*, de 1570, cujo estudo se encontra, por isso, sintetizado e à leitura no referido site da internet. Ao prepará-lo, contudo, elaborei um texto mais desenvolvido, anotado e com referências bibliográficas. Dado o interesse eventual na sua consulta, publica-se de seguida essa versão integral.

A descoberta pelo Arquivo Histórico da FLUL de um documento manuscrito em pergaminho servindo de capa a *Sanctiones Apostolicae Extravagantes, et Regulae Cancellariae Sanctissimi Domini nostri Domini Pij diuina providentia Papae Quinti, & quaedam aliae Sanctiones aliorum summorum Pontificum admo-*

¹ http://www.fl.ul.pt/biblioteca/biblioteca_digital/index.htm permite entrar em documentação on-line relativa ao Projecto e aos eventos com ele relacionados, incluindo Colóquio e Exposições, assim como aceder às Colecções digitalizadas, seus catálogos e índices.

dum vtiles, livro em latim impresso em Lisboa em 1570 na oficina de António Gonçalves, é, sem dúvida, inspirador de um possível inquérito transdisciplinar. Trata-se, todavia, apenas de um fragmento, o que restou das mutilações efectuadas aquando da encadernação (em capa mole, sem reforço no interior). Escrito em letra dos inícios do século XVI, fez parte, conforme se colhe na sua leitura, de um processo judicial ocorrido na Bretanha, nele se fazendo referência a registo anterior, de 1495. Estes dados, confirmados numa peritagem dos Professores Bernardo Sá Nogueira (Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa) e Marc Smith (Paris, École Nationale des Chartes), permitem desenvolver algumas observações e hipóteses de interesse histórico.

As partes no processo surgem identificadas. São elas Raoul Grosseteste, *seigneur de Queugney*, e Pierre de Kergouët, *seigneur de La Cornillière*. Está-se, pois, perante uma questão envolvendo dois nobres bretões que se podem localizar naquele território e na região de Maroué entre finais do século XV e primeiras décadas da centúria seguinte, ao percorrer alguns inventários da época, sobretudo levantamentos de fogos por paróquia (*réformations*, gerais, de 1426-28 e 1440-41, e inventário de 1536) e listas de homens armados (*montre* de 1480)². Através desta e de outra documentação, coeva e local, é possível aprofundar a informação sobre senhorios, estatuto e rendimentos.

Menciona-se um Pierre de Kergouët, em 1480, entre mais de seis dezenas de nobres que se apresentam em Saint-Brieuc (outros dois De Kergouët). O apelido relacionava-se já em 1440, pelo menos, com a região ou a paróquia de Maroué, através de La Cornillière em Lamballe (na posse do nobre Jean De Cargouët e em 1536 na do *sieur* de Breguel) e, provavelmente com o imposto (a *dîme*) de L'Épinette (pelo qual respondem Roland e Guillaume de La Cornillière). Raoul Grosseteste, por seu turno, nobre proprietário de Quenguen, Queangan ou Quinguen, pelo menos em 1510, responde em 1536 não por este domínio – na época

² Divulga-se na net, em sites específicos sobre a História da Bretanha, parte desta documentação. Veja-se a esse propósito www.infobretagne.com, mais propriamente o que se refere à paróquia de Maroué, pertencente à diocese de Saint-Brieuc e transformada em comuna após 1789. Esta consulta não deve eximir o investigador de um confronto com os documentos originais ou publicados em edições críticas. Outros recursos bibliográficos e de documentação, impressa e manuscrita, existentes em bibliotecas e arquivos regionais, são indicados no site da BNF – Bibliothèque Nationale de France e em páginas de redes em desenvolvimento como a da Agence de coopération des bibliothèques et centres de documentation en Bretagne (COBB, <http://www.britalis.org>).

na posse dos seus herdeiros – mas por Maroué, integrada como aquele na *dimerie* de L'Épinette ou *Lepinette*³.

Uma consulta a processos e outros registos de chancelaria de tribunais regionais e centrais poderá permitir alargar o conhecimento sobre propriedades, jurisdições, transmissões e contendas, envolvendo estes nobres e os seus interesses. Deve atender-se à época conturbada pela luta que o Ducado da Bretanha, com instituições de governo e de administração próprias, desenvolve pela sua autonomia em relação ao Rei de França, agudizada no último quartel do século XV⁴. Importa estudar a orgânica e o papel político dos Estados da Bretanha, representativos das *ordens* sociais e com funções também legislativas e financeiras. O processo político, antes e depois do Tratado da União de 1532, repercute-se intensamente no funcionamento das instituições e em particular no exercício da justiça, nos trâmites processuais de causas de primeira instância e de apelações a tribunais de última instância. O antigo Parlamento da Bretanha, tal como ficou definido em 1485, altera-se no âmbito dos poderes locais e em relação ao Parlamento de Paris em 1488 (*Grands-Jours*), em 1532, em 1554 (*Cour de Parlement*)... reunindo sobretudo em Nantes e em Rennes. Que caminhos pode ter seguido o processo de que se possui apenas um fragmento?⁵ Por que vias chegou a Portugal?

³ Além dos dados apresentados que testemunham a vizinhança destes nobres, quiçá dos seus interesses, um outro elemento importa deixar referido: a constante referência a Olivier Thomelin, *sieur de Bois*, que responde desde 1426, ou até mesmo de época anterior (o próprio ou um homónimo mas da mesma linhagem), pela *dime* de Saint-Sauveur, e que possui em 1480 *La Calebotière* ou *La Caillibotière* e um rendimento muito superior, a acreditar na transcrição, relativamente ao dos restantes nobres armados de Saint-Brieuc, seus conterrâneos. Ora em 1536 esta sua propriedade já estaria na posse de um filho, Jean Thomelin, e colhe-se a informação que por Maroué, na *dimerie* de Lepinette, antes sua atribuição, respondia agora Raoul Grosseteste...

⁴ Luta constante entre o duque Francisco II e Luís XI, mantida em relação a Carlos VIII, mesmo depois do Tratado de Verger em 1488, por ele e pela sua herdeira Ana da Bretanha. Esta casará sucessivamente com Carlos VIII (1491) e Luís XII (1499), os monarcas franceses que iniciam as Guerras de Itália... Só em 1532 os Estados reunidos em Vannes consentem, mediante condições, na união, ratificada de seguida pelo Parlamento bretão e pelo rei de França Francisco I (desde 1514 com o usufruto da Bretanha pelo casamento com a filha de Ana, Claude de France, e duque após a morte desta em 1524).

⁵ Contribuem para o conhecimento sobre a Bretanha ducal e a sua história após 1532 os trabalhos de sucessivas gerações de investigadores de diferentes correntes historiográficas e também do direito e da língua, da economia, da cultura e da religião. A historiografia sobre o período e os temas agora em causa, foi marcada durante gerações por nomes como: H. Sée – “les états de Bretagne au XVI^e siècle” (*Annales de Bretagne*, t.10, 1894), Trévédé – “La organisation judiciaire de la Bretagne avant 1790” (*Nouv. Revue historique de droit*, t.17, 1893), H. Prentout e Dupont-Ferrier sobre Estados provinciais, De La Martinière acerca do Parlamento da Bretanha de 1493 a 1554 (*Annales de Bretagne*, t. 36-37, 1924-1926), H. Carré que o estudou nos anos após a Liga (1598-1610), Armand Rébillon. A eles faz ainda referência obrigatória Gaston Zeller no final da década de 40 em “L' Administration monarchique avant les intendants. Parlements et Gouverneurs” (*Revue*

As interrogações precipitam-se: Trata-se de um documento original ou de uma cópia em pergaminho? Foi autenticado/a ou não? Guardado em espólio particular ou público? Desmembrado e talhado em que circunstâncias? Por acto de vandalismo, por natural selecção e destruição de arquivo institucional, para efeitos de comércio de material? Configurado para encadernação simples, embora possivelmente sujeito às exigências de um futuro possuidor⁶? A mando de quem e por quem?

Partindo da hipótese que ao livro impresso em 1570 em Lisboa, na oficina de António Gonçalves, se seguiu de imediato a encadernação com um pergaminho manuscrito de algumas décadas antes, terá sido uma iniciativa do livreiro? Desconhece-se a tiragem e a(s) entidade(s) que venderam esta obra... Aliás, os

historique, t. 197, 1947) e na obra *Les Institutions de la France au XVI^e siècle* (PUF, 1948). Alguns conheceram novas edições dos seus trabalhos a partir dos anos 70 e 80, caso de H. Sée (1978) e de Courson de la Villeneuve com o *Essai sur l'histoire, la langue et les institutions de la Bretagne armoricaine* (1840 e 1971). A estes e a outros investigadores se vêm juntando as pesquisas de Marcel Planiol, com edições críticas e os seus volumes de *Histoire des institutions de la Bretagne* (eds. anos 50 e 80), Alain Croix, frequentemente com colaboradores, na *Histoire des Bretons. Des origines à 1532* (Nathan, 1977), *L'âge d'or de la Bretagne, 1532-1675* (Eds. Ouest-France, 1993 e 1996), e dirigindo o *Guide de l'histoire locale: faisons notre histoire!* (éds. du Seuil, 1990). Mais recentemente têm-se desenvolvido as investigações nestas temáticas, incluindo teses académicas, mas versando sobretudo períodos posteriores.

Cabe ainda mencionar Georges Minois e a sua *Nouvelle histoire de la Bretagne* (Fayard, 1992), e a edição de 2000 (Rennes, Apogée) do *Dictionnaire du Patrimoine breton*. As relações de Portugal e da Bretanha, no âmbito comercial e marítimo e do ponto de vista cultural, têm despertado estudos específicos desde os de Francisque Michel (1882) aos de Jean Tanguy (A. Colin, 1956, sobre o porto de Nantes no séc. XVI), de Frédéric Mauro, A.H. de Oliveira Marques e Isaías da Rosa Pereira (1977), assim como pesquisas que vêm aprofundando desde os finais da década de 60 a História das relações internacionais e diplomáticas e a da Expansão europeia. O interesse projecta-se ainda em Colóquios e Exposições (são exemplo: Paris 1971, Nantes 1973, Lisboa – ANTT, 1992, Lisboa – FLUL, 2001).

⁶ Conhecem-se outros exemplares desta obra, dois deles com encadernação da época também em pergaminho, guardados nos Manuscritos Reservados da Biblioteca Nacional de Portugal. Um outro espécimen desta Biblioteca foi propriedade de D. Teotónio de Bragança, Arcebispo de Évora, do Convento de Santa Maria de Scala Coeli da Ordem da Cartuxa (Évora) e do Mosteiro de São Vicente de Fora, dos Cónegos regrentes de Santo Agostinho (Lisboa). Outro ainda (antigo exemplar do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, não referido por M. Alzira Proença Simões no catálogo de impressos da colecção da BN de 1989/90) apresenta-se encadernado com pele marmoreada sobre pastas de cartão e com lombada gravada a ouro. A.J. Anselmo refere na sua *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI* (Lisboa, 1926, p.197) exemplares do Arquivo Nacional, de Évora, Mafra e de Ponta Delgada. Os exemplares existentes na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (um deles antiga propriedade do colégio de São José de Coimbra – OCD), foram encadernados provavelmente em oficina local, em pele, mas um com gravação a ferros secos e ambos com lombada gravada a ferros dourados, conforme anotações dos respectivos catálogos. O livro da Biblioteca da FLUL patenteia na última folha (fragmento, segundo creio, do verso e endereço de uma carta escrita no século XVI) o nome de um antigo proprietário do livro, Jacinto Cortes da Silveira, registado por punho de época posterior (séc. XVII ou XVIII).

livros impressos na casa de António Gonçalves raramente o referiam. Exceptua-se a *História da Província de Santa Cruz*, de Pero de Magalhães Gândavo, aí impressa em 1576 e a ser vendida, conforme se declara, por João Lopes⁷. Caso seja o mesmo indivíduo que em 1588 exercia as funções de livreiro directamente relacionado com o Arcebispo de Lisboa, e imprimindo-se as *Sanctiones Apostolicae Extravagantes* com o aval do detentor desta dignidade em 1570, o Cardeal D. Henrique (cujas armas se manifestam no frontispício)⁸, não repugna acreditar haver semelhante relação de proximidade de interesses, já então, entre impressor e livreiro.

Por outro lado, ter-se utilizado na capa material da oficina do próprio impressor (simples, no exemplar que se observa, aplicando um pergaminho de origem bretã...), constitui mais uma hipótese plausível. Com oficina própria e no activo desde 1566, conhece-se a utilização que António Gonçalves fez de portadas e de letras iniciais de fantasia anteriormente utilizadas por Germão Galharde. Antigo “imprimidor obreiro” deste bem creditado impressor régio de origem francesa actuante em Lisboa seguramente entre 1519 e 1560, terá podido obter material desta oficina junto da viúva do seu mestre, ela própria na gerência ainda em 1564⁹.

⁷ Anselmo (*Op.cit.*, p. 203) e Proença Simões (*Op.cit.*, p.141). Curiosamente Sousa Viterbo em *O movimento tipográfico em Portugal no século XVI: apontamentos para a sua história* (Coimbra, Imprensa da Universidade, 1924) não refere este livreiro e Tito de Noronha menciona-o ou a um homónimo em *A imprensa portuguesa durante o século XVI* (Porto, Imprensa Portuguesa, 1874, p.35), mas só em 1588 e ligado ao Arcebispo de Lisboa D. Miguel de Castro (cf. *Calendário romano perpetuo...*, Res. 202 da Biblioteca FLUL). Reconhece Gomes de Brito em *Notícia de livreiros e impressores de Lisboa na 2ª metade do século XVI* (Lisboa, Imp. Libanio da Silva, 1911, p.14) a possibilidade deste indivíduo de registo mais tardio ser o que se encontra nomeado no *Livro do Lançamento e serviço que a Cidade de Lisboa fez a El-Rei Nosso Senhor* (códice do Arquivo da CML), levantamento este com os livreiros e editores que entre 1565 e 1567 tinham porta aberta na Rua Nova dos Mercadores de Lisboa. João Lopes continuará no ofício e na mesma condição ainda em 1590, conforme edição do *Catechismo romano do Papa Pio Quinto*, impresso nesse ano em Lisboa por António Álvares (*Biblioteca Digital da FLUL*, Res. 246).

⁸ Acrescentavam-se as *Sanctiones Apostolicae Extravagantes* nesta impressão que reeditava as *Regulae Cancellariae* já impressas em Coimbra (1568) e em Viseu (1570). António Gonçalves obtinha o privilégio por dez anos.

⁹ Larga referência sobre G. Galhardo, o posterior itinerário da viúva e do filho, o destino da casa (Marcos Borges estabelecido em 1571) e do material (António Gonçalves), em Gomes de Brito, *Op.cit.*, sobretudo pp. 44, 50-63. Corrige em 1911 (*Op.cit.*, pp. 56-57 e 75 ss) as datas do activo de António Gonçalves apontadas por Tito de Noronha (1874), mas confirma a utilização por aquele impressor de material de Galharde, comparando com edições deste como a do *Summario* de Cristóvão Rodrigues de Oliveira (da década de 50), não apenas a primeira impressão d' *Os Lusíadas* (1572), mas também a do *Repertorio dos tempos* (1570). O reconhecimento do valor da técnica de impressão de António Gonçalves e da originalidade de outras gravuras, como as da autoria de Jerónimo Luís, ao seu serviço pelo menos em 1574 e 1576 (ver também Xavier da

Que seja prosseguida a pesquisa de modo a que as pistas que agora se lançam venham a encontrar confirmação.

Maria Leonor García da Cruz,

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa.

HOBBSAWM, Eric *Tempos Interessantes – Uma vida no Século XX*, Lisboa, Campo das Letras, 2004.

Eric Hobsbawm, provavelmente o mais lido dos historiadores na actualidade, tornou-se mais conhecido entre nós com três monografias de grande fôlego sobre o «longo século XIX»: *A Era das Revoluções: 1789-1848*, *A Era do Capital* e *A Era do Império 1875-1914*, sem esquecer *A Era dos Extremos: História Breve do século XX: 1914-1991*¹⁰. Todas estas obras foram traduzidas em várias línguas. Também nas universidades portuguesas integram as bibliografias de referência das disciplinas de história contemporânea.

Em *A Era dos Extremos*, Hobsbawm assumira já por vezes um tom autobiográfico: é o seu século, não por lhe ter dedicado mais tempo como historiador, mas porque, de acordo com a periodização que propõe, o viveu integralmente.

Dedicou-se, entre outros temas, num escopo diversificado, à interpretação das tradições nacionais e aos nacionalismos. Escreveu com êxito assinalável sobre jazz, enquadrado numa perspectiva histórico-sociológica. Em palavras suas, que adiante retomaremos, foi toda a vida um intelectual dedicado a estudar o que não é intelectual.

Tempos Interessantes – Uma vida no Século XX é a sua autobiografia. A frase em epígrafe na capa da edição portuguesa (“as memórias políticas do maior historiador do nosso tempo”) aproxima-se de forma pertinente desta narração de vida: as memórias do autor, mesmo quando respeitam à esfera privada, raramente se desligam em absoluto do plano político e estão sempre historicamente contextualizadas.

Cunha, *Impressões deslandesianas...*, Lisboa, IN, 1894, pp. 633-634), é, todavia, resgatado por Gomes de Brito e, desenvolvidamente em 1924, por Sousa Viterbo.

¹⁰ Os quatro volumes aqui referidos foram já publicados pela Editorial Presença: as datas das primeiras edições em língua inglesa são, respectivamente, 1962, 1975, 1987 e 1994. Referência completa da monografia aqui recenseada: *Tempos Interessantes: uma vida no século XX* / Eric Hobsbawm; tradução de Miguel Serras Pereira. – Porto: Campo das Letras, 2005. – 549 p.: XVI est. (título original *Interesting Times – A Twentieth-century Life*).